

Um caldeirão fervendo

Reflexões sobre a clínica com crianças

Ana Maria Sigal Rosenberg

Este trabalho reflete sobre algumas condições da legitimação de um campo singular, e analisa as condições metapsicológicas que aceleram as partículas do recinto analítico, transformando-o num caldeirão fervente.

A inclusão numa cadeia intersubjetiva que nos precede permite a referência a nossas origens como uma marca onde o coletivo e o singular participam de uma mesma multiplicidade. É nessa perspectiva que consideramos nossos vinte anos de Instituto Sedes Sapientiae, trabalhando seja na transmissão da psicanálise, seja na formação de analistas. Nesta experiência foi sendo criada uma clínica singular que, em parte, exhibe as marcas das trocas que aqui se geraram. É assim que se constitui nossa historicidade.

Neste processo de formação, a instituição a que pertencemos oferece-se como matriz por onde cada qual circula, apropriando-se daquilo que lhe faz sentido em sua singular construção desejante. O solo comum no qual essas construções poderão encontrar suas raízes é

a leitura de Freud e dos pós-freudianos. A apropriação dos conceitos psicanalíticos, por sua vez, fará sentido tomando-se como pano de fundo nossa própria formação, no conjunto de suas vertentes política, histórica, econômica, antropológica, cultural e científica, assim como terá vital importância o lugar ocupado pela instituição no contexto social e no campo científico que permite nossa produção particular. O presente artigo irá se debruçar sobre alguns aspectos dessa rede teórico-clínica.

Ana Maria Sigal Rosenberg é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Professora do Curso de Psicanálise. Coordenadora do Curso Clínica Psicanalítica: Conflito e Sintoma. Organizou o livro *O Lugar dos Pais na Psicanálise de Crianças*, S. Paulo. Escuta, 1994, no qual também publicou um artigo.

Mais particularmente, o propósito deste trabalho é pensar algumas questões teóricas de fundamental importância para nos situarmos frente às mudanças com as quais, no passar dos anos, temos nos deparado na clínica com crianças. Como já insistimos em outras oportunidades, tais mudanças são decorrentes de novas leituras realizadas no interjogo teórico clínico presente em nossa incansável tarefa de fazer trabalhar a psicanálise.

Como resultado dessa tarefa, temas já conhecidos adquirem uma nova dimensão referencial, velhas idéias rejuvenescem ao se integrar a novas articulações, certos caminhos abertos por Freud - e que na sua obra foram apenas insinuados ou pouco trabalhados - retornam para abrir-se em interessantes linhas de pensamento. Insatisfações na prática levam-nos a pesquisar e a forçar a teoria, até que esta revele os instrumentos necessários para as superar.

Em outros termos: que novos subsídios a teoria oferece para ampliar os limites de nossa prática? Como devemos nos situar diante das idéias que determinam nosso pensar atual? Que lugar reservar para aquilo que nos precedeu, e que por tanto tempo consolidou nossa clínica? Como nos mantermos freudianos sem ser dogmáticos, nem meros repetidores de uma letra morta? O que deve ser resgatado e revitalizado, o que deve ser transformado, sem privar esse pensamento de seus aspectos essenciais? O que se mantém como essencial?

Penso que não devemos "queimar Melanie Klein": ao contrário, é necessário resgatá-la e fazer trabalhar suas idéias à luz dos progressos da psicanálise. Sem Lacan e suas contribuições, a psicanálise fica cerceada, mas não é em bloco que seus pensamentos se apropriam de Freud. Ele também deve ser posto a trabalhar, discutido e confrontado sem uma atitude

As tensões intrateóricas devem ser confrontadas com as outras teorias, para criar um andaime consistente e permitir que nos situemos diante das idéias que determinam nosso pensar atual.

religiosa. Também Winnicott, Dolto, Mannoni, legaram-nos preciosas heranças, sobretudo no campo da psicanálise com crianças. Como delas se apropriar sem cair no ecletismo? Ou ainda: como trabalhar certos conceitos de modo a produzir um diálogo interteórico?

Nossa idéia de base pode ser formulada como segue: assim como elementos intrapsíquicos postos em jogo no encontro intersubjetivo formam a matriz do sujeito, também as tensões intrateóricas devem ser confrontadas com outras teorias para criar um andaime consistente. Uma vez construída tal rede, diversos agenciamentos permitem-nos dispor de uma identidade em movimento e nos apropriar de certas idéias que favorecem a circulação de novos ares.

Como afirma Freud, citando Goethe: "*O que herdaste de teus pais, fá-lo teu para o possuir.*"¹ Enquanto sujeitos somos produto de uma herança e da diferença que nessa herança introduzimos. A frase sublinha a necessidade de nos constituirmos como sujeitos singulares, sem deixar de pertencer a uma cadeia intersubjetiva, da qual entretanto nos apropriamos ativamente. Trata-se de fazer próprio aquilo que foi transmitido, com todas as semelhanças e diferenças exigidas pela metabolização de um

produto. O próprio aparelho psíquico é pensado como um aparelho destinado a interpretar, construir e criar sentido. Assim é que nos inserimos no mundo, assim é que interpretamos, construímos e criamos novas relações para teorizar.

A relação entre aquilo que nos advém do campo do outro como desejo, e a transformação que operamos na apropriação do nosso próprio desejo, são temas de particular interesse, especialmente para dar conta de nossa clínica.

É nesse sentido que faremos aqui apelo às posições de Laplanche, pois sua metapsicologia oferece significativas contribuições para a compreensão da relação inter- e intra subjetiva na formação do inconsciente, algo especialmente pertinente quando tratamos de definir nosso lugar como analistas.

Caracterizando os andaimes, localizando nossas origens

Para melhor situar nossa concepção do processo analítico, é necessário esclarecer suas articulações com as idéias de *acontecimento* e de *história*. De fato, caso queiramos compartilhar do espírito freudiano, devemos admitir que nossa história enquanto sujeitos é também construída. Mas nem por

isso essa história deve ser considerada como mero produto da imaginação. A flutuação entre fantasia e realidade, entre interpretação e acontecimento, é uma marca do pensamento freudiano desde as comunicações a Fliess. É na tensão dessa polaridade que as várias teorias psicanalíticas se inscrevem: podemos lembrar que tanto o estruturalismo lacaniano como o inatismo kleiniano rejeitam o trabalho a partir da história. Segundo nossa perspectiva, portanto, nem a fantasia seria resultante de uma inscrição psíquica desligada do acontecimento, nem o acontecimento apenas um ponto numa trama exógena, tecida de modo independente.

Assim, quando na análise fazemos história, nossa tentativa é avançar para além dos puros fatos objetivos, mesmo que estes sejam vistos enquanto realidade psíquica: procuramos encontrar os fios condutores que, em transferência, possibilitam uma nova leitura de nossa história. Essa releitura pode ser descrita como uma *historização simbolizante*, onde se coadunam tanto um determinismo ligado ao passado quanto um devir relacionado com acontecimentos reorganizadores dos processos em curso.

Pois o processo analítico não apenas possibilita uma nova versão do passado: pressupõe simultaneamente um inconsciente aberto, portanto não regido somente pela compulsão à repetição. Ele deve ser compreendido como abertura para criação de novas ilusões para o futuro, para uma nova subjetividade. Assim, ao construir e reconstruir novas versões sobre nós mesmos, provocamos deslocamentos dos afetos, sua religação com novas representações, sua derivação para novos investimentos libidinais.

Passando para o campo mais específico da análise infantil, tanto o conceito de *historização simbolizante* quanto a idéia de *sedução generalizada* e de *significantes enigmáticos*, propostos por Laplan-

che, fornecem um interessante sustentáculo teórico para a inclusão dos pais no processo analítico com crianças. Desta forma, sempre tráfegando na fronteira que oscila entre os pais reais e os pais fantasmáticos, é possível dar conta de uma importante dificuldade colocada por este tipo de trabalho.

De um lado, a utilização do conceito de sedução generalizada permite recuperar com toda a força a herança freudiana da sexualidade infantil. Por outro, podemos compreender a recuperação do desejo do outro, através da idéia laplancheana de "mensagens enigmáticas" que os pais transmitem como marca do desconhecimento de sua própria sexualidade. Descarta-se dessa forma uma concepção do inconsciente como instância resultante de uma causalidade única, que expressaria a homogeneidade desejante com a mãe, e na qual, à maneira lacaniana, também o sujeito seria visto como produção a-histórica. Ao contrário, é no modo de apropriação dos fantasmas que lhe chegam como mensagens enigmáticas que se põe em jogo a dimensão intra-subjetiva.

Como se pergunta Laplanche em seu "Referência ao Inconsciente:" "nesta região obscura das

origens e na gênese, há lugar para a constituição de um primeiro fantasma que não seria propriamente reprimido, tampouco exatamente inconsciente, e que ainda estaria destinado, em um segundo tempo, à repressão?"²

A origem do inconsciente não deve portanto ser buscada na biologia, nos instintos, nos fatores inatos, tampouco na estrutura ou em um referente mítico. A idéia de um inconsciente originário marcado pela repressão primária permite reformular a noção de inconsciente desde as origens, possibilitando por exemplo trabalhar toda a riqueza contida na concepção kleiniana de fantasias originárias, e ao mesmo tempo liberá-la de seu inatismo.

Nessa tentativa de expor os elementos teóricos que, re-articulados, oferecem-nos a possibilidade de compor uma ferramenta conceitual própria, não podemos deixar de convocar o pensamento de Winnicott, de quem tanto aprendemos. Em seu pensamento paradoxal, ao descrever a relação mãe-bebê, nos é apresentado um bebê que se alimenta de um seio por ele criado, que faz parte dele, e ao mesmo tempo uma mãe que dá leite a um bebê que faz parte dela. Descons-

Na releitura de nossa história,
coadunam-se um determinismo
ligado ao passado e um devir relacionado
com acontecimentos reorganizadores.
Ela pode ser descrita
com *historização simbolizante*.

A formação inconsciente do nosso pequeno sujeito é mediada pelo outro provido de sua sexualidade, atravessado por sua própria história. É do próprio encontro que a subjetividade começa a surgir.

trói-se assim a idéia de uma separação entre as dimensões interna e externa antecedendo o encontro; desfaz-se e se supera a idéia de simbioses, se abrem as portas para refletir sobre o processo de ilusão como necessário e constitutivo da subjetividade. É importante ressaltar o fato de que, atualmente, encontra-se bastante propagada uma leitura da obra winnicottiana estreitamente vinculada a uma teoria do *self*. Mas, ao contrário do que aí se afirma, Winnicott não teria dessexualizado a pulsão. É preciso fazer justiça a um autor que emprega recorrentemente termos como “um amor excitado com o corpo da mãe”³, e que nunca deixou de se referir à transferência como fenômeno primordial do processo analítico.

Nesta rede de conceitos, importa ressaltar que é do *próprio encontro que a subjetividade começa a advir*, encontro que não deve absolutamente ser confundido com a interação ou união simbiótica de dois corpos. Trata-se, sim, de um campo único de experiência, onde o pulsional inaugura sua história pela inscrição dos significantes que serão a base do inconsciente. O interesse desta conceituação é que permite definir um *topos* para a formação da subjetividade sem recorrer à idéia de separação entre

dimensões interna e externa, e nos desobrigar da postulação forçada de uma certa estrutura que antecede ao sujeito, determinando-o inexoravelmente como sua matriz formadora. Com isto, reencontramos a perspectiva histórico-estrutural, a partir da qual os fantasmas poderão receber uma localização definitiva no campo da metapsicologia.

Singularidade x especialização

Embora desejemos marcar o caráter singular do campo da clínica com crianças, é preciso diferenciar tal singularidade da idéia de uma *especialização* desse campo, e de seu inevitável correlato, ou seja, a necessidade de uma formação específica para atuar na área. Pois, nesse caso, os aspectos singulares de tal prática correriam o risco de ser universalizados, contribuindo para a transformação de toda a psicanálise numa espécie de psicologia evolutiva.

A prática com crianças foi desvirtuada e transformou-se em algo muito próximo de uma pedagogia ou uma psicologia da conduta. Esse risco não é novo: nos avanços e retrocessos que se perfilam na história da psicanálise, é possível reconhecer um esquecimento cres-

cente da própria descoberta da sexualidade. Esquecimento que levou por exemplo André Green a escrever um trabalho com o provocante título “Sexualidade tem algo a ver com psicanálise?”⁴, onde desenvolve a idéia de que o crescente realce do interacionismo e do familiarismo retira a psicanálise de seu campo específico, transformando-a numa psicologia evolutiva. A repressão e a resistência afetariam assim o próprio analista, que acaba por dessexualizar o inconsciente. Pergunto-me se, em parte, não foi isto o que aconteceu com a leitura de Winnicott.

Importa-nos então enfatizar a idéia de sexualidade infantil. Embora esta corresponda tanto ao inconsciente dos adultos quanto ao das crianças, parece ainda subsistir na prática da psicanálise com crianças a mesma dificuldade encontrada por Freud ao assinalar o caráter de sexualidade perversa polimorfa como marca da infância. Este conceito, como se sabe, encontrou ampla resistência por tornar evidente a inexistência da “criança inocente” tal como na época se imaginava.

O que tentaremos abordar ao descrever a formação inconsciente do nosso pequeno sujeito é a mediação do outro provido de sexualidade, atravessado por sua própria história *pulsional, edípica, singular*. Para isto é preciso retomar o caráter traumático da sexualidade, lembrando que esta história se inicia com o desvalimento infantil (*Hilflosigkeit*). Aqui a excitação recebida pela criança é traumática, tanto do ponto de vista quantitativo quanto qualitativo, pois essa energia é difícil de ser ligada. Um tempo deverá passar até que o *infans* adquira a capacidade de elaboração psíquica.

Esquecer tais determinações não só nos torna vulneráveis ao risco de fazer mera pedagogia, ameaça constante para o psicanalista de crianças, como já temos dito, como também nos coloca diante da

tentação de exercer, junto a crianças neuróticas, uma “violência primária”, para usar a expressão de Piera Aulagnier⁵, confundindo nosso lugar de psicanalistas com o dos pais. A idéia de nos oferecermos como modelo identificatório, de nos considerarmos “melhores” que os pais, de achar que podemos dar à criança melhores condições para sua formação, retira a psicanálise do campo do desejo inconsciente, tornando-a psicologia do eu.

Ressaltada a importância da sexualidade, que opera como pano de fundo, definiremos três eixos que a nosso ver marcam as características deste campo singular, que abordaremos com o método analítico: 1- *A linguagem do jogo*; 2- *A abordagem de um aparelho psíquico em constituição*; 3- *O caráter múltiplo do campo transferencial, definido pela presença dos pais*.

A linguagem do jogo

Através do jogo, oferecemos à criança algo além de seu próprio repertório lingüístico para mobilizar o espaço de cura. Será preciso defender essa idéia, que já foi objeto de grandes polêmicas entre escolas.

Nossa posição é a favor do trabalho com brinquedos: esses objetos

funcionarão como significantes portadores de sentido, compondo-se num discurso não necessariamente verbal. Cada brinquedo possui uma carga polissêmica, que será determinada pelo modo com que for situado na sintaxe do contexto lúdico. Seu sentido irá se definir pela posição ocupada em relação aos outros significantes-brinquedos; sua relação com o que o precede e com o que se produzirá *a posteriori*. Ou seja, um brinquedo nada significa isoladamente; temos que considerá-lo na cadeia significante que lhe confere sentido.

Portanto, assinalamos que o brinquedo em si não possui um valor simbólico, como preconizam algumas escolas. Ele funciona apenas como suporte de significado, numa função significante que permite entender o jogo como um texto. A cena lúdica pode se constituir como “a outra cena”, onde as leis de deslocamento, condensação, simbolização, transformação no contrário, adquirem a mesma função que no sonho. Entretanto, na situação lúdica, reconhecemos um traço particular: os elementos do processo primário coexistem, na mesma produção, com os elementos do processo secundário. Ao lado da ausência da negação, coexistência de um mesmo elemento em espaços

e tempos diversos - impossíveis na lógica do processo secundário, vigora a realidade material do brinquedo, impondo um limite à fantasia. Nem tudo pode ser representado segundo as regras do processo primário, como é possível no sonho. Assim, o espaço lúdico pode ser descrito como um lugar construído entre a criatividade primária e a percepção objetiva - baseada na prova de realidade: as cenas construídas transitam no espaço intermediário entre o real e o fantasmático, ou, em outros termos, tanto as cenas lúdicas quanto as representações gráficas devem, ser compreendidas como pertencentes ao espaço da *transicionalidade*.

Além disso, ao trabalharmos a utilização de brinquedos, é preciso evocar certas considerações sobre a função da linguagem na cura, e tomar posição com respeito à função da linguagem na formação do inconsciente.

Lembremos como a clássica formulação lacaniana, segundo a qual o inconsciente é estruturado como uma linguagem, foi discutida e contestada por Laplanche e Leclair no congresso de Bonneval, discussão registrada em seu famoso texto “O inconsciente: um estudo psicanalítico”. Nessa oportunidade, eles revêem a fórmula lacaniana, afirmando: “O inconsciente é mais que uma linguagem, é a condição mesma da linguagem”.⁶ E avançando nesse sentido chega-se à formulação de que “o inconsciente é como uma linguagem não-estruturada”.⁷

É de acordo com essa concepção que baseamos nossa prática na idéia de que o inconsciente possui elementos significantes, mas que eles não são nem primária nem inevitavelmente lingüísticos.

A relação entre aspectos significantes e linguagem não é portanto uma relação exclusiva com a linguagem verbal e estruturada. Na própria linguagem há traços não-verbais, como a inflexão da voz, o estilo, a entonação, exteriores ao código

O inconsciente utiliza, entre outros, os recursos da linguagem propriamente verbal, mas também opera com os recursos expressivos do corpo. Ele é como uma linguagem não-estruturada: esta é a tese de Laplanche.

semântico-sintático. A linguagem é também o gesto, e o gesto pode mudar o sentido da linguagem. Não haveria assim qualquer razão, quando se reflete sobre as relações entre inconsciente e linguagem, para restringir o segundo termo ao código verbal. O inconsciente utiliza, entre outros, os recursos da linguagem propriamente verbal, mas também opera com os recursos expressivos do corpo, por exemplo nos conhecidos sintomas histéricos. *O jogo é portanto um dizer, no qual os significantes verbais podem expandir seus sentidos.*

Para compreendermos como a criança é capaz de ultrapassar a dimensão de realidade de um brinquedo, transformando-o num significante, ou seja, dele retirando o valor pré-fixado que traz do exterior, é de grande valia a idéia kleiniana de valorizar os brinquedos pouco estruturados. Brinquedos desse tipo facilitam as operações metonímicas e metafóricas, por não impor um efeito de cristalização, provável no caso de objetos com forte estruturação. Se por exemplo oferecemos à criança vários bonecos sem grande estruturação, ela poderá nos mostrar como transforma a avó velhinha no bebê da casa, ao qual a mãe dedica sua atenção insistente, e com o qual ela, criança, compete. Ao contrário, uma família de bonecos fortemente estruturada pelas vestimentas ou pela definição de idade dificulta as operações de transformação que viabilizariam a criação de novos sentidos, sendo retidos pela força impositiva da imagem os movimentos de deslocamento e condensação. Devemos sem dúvida a Mélanie Klein a descoberta do jogo em seu valor de expressão do inconsciente, e nisso ela se diferencia nitidamente das escolas americanas, onde o jogo é apenas utilizado como representativo da realidade, como seu duplê.

Tal como entendemos a psicanálise com crianças, o jogo não deve ser utilizado em seu valor catártico,

Somos levados a refletir sobre a necessidade de abordagens específicas diante de diferentes momentos evolutivos, porque o aparelho psíquico das crianças encontra-se em pleno processo de constituição.

mas como uma via de acesso ao inconsciente, que é aí representado em uma cena plástica. Propomos diferenciar o *jogo* do *brincar*. O primeiro adquire a condição de alocução, podendo tornar-se discurso com a mesma função ocupada pela associação livre na psicanálise com adultos. O segundo proporemos que seja entendido como *campo de experiência*, com alto valor criativo e de reconhecimento da realidade, que se desenvolve num espaço transicional e que é uma experiência em si mesma. Esta distinção não tem carácter axiológico; simplesmente pretende diferenciar a idéia do brincar como fazer e do jogo como linguagem. Não se pode deixar mais de uma vez evocar aqui os trabalhos de Winnicott, pelos sólidos elementos que fornecem para detectar a importância da função do brincar e seu valor expressivo. Ao apresentar o jogo como elemento criativo operando num espaço transicional, ele permite a recuperação de seu valor constitutivo. Nesse sentido, pode-se afirmar que o brincar se desenrola no espaço da ilusão, espaço potencial entre a mãe e o bebê, que se reatualiza na transferência. Ao mesmo tempo sinaliza um projeto futuro, enquanto antecessor da experiência cultural. Os jogos

com regras propostos pelo analista não correspondem a nenhuma destas considerações; achamos inadequadas sua inclusão, já que eles impedem quaisquer das funções descritas acima, transformando facilmente a sessão num espaço pedagógico e resistencial.

Quando propostos pelas crianças no contexto da sessão (todos os analistas infantis conhecem o jogo da velha, *stop*, forca e outras invenções), eles devem ocupar um lugar que favoreça o trabalho propriamente analítico.

Um aparelho psíquico em vias de constituição

Pensar que o aparelho psíquico das crianças encontra-se em pleno processo de constituição leva-nos a refletir sobre a necessidade de abordagens específicas diante de diferentes momentos evolutivos. Nesse sentido, é preciso ter presente a clara diferenciação entre *aparelho psíquico* e *inconsciente*. Muitos analistas, considerando que na prática da análise a passagem do tempo não conta, negam-se a pensar na particularidade dessa prática quando diante de sujeitos de diferentes idades cronológicas,

tecendo suas considerações clínicas sem postular as vicissitudes do inconsciente nos diferentes momentos de sua constituição. Pensamos que, nesse ponto, é útil recuperar a idéia freudiana de *conflito*, inevitavelmente em jogo quando refletimos sobre a formação das instâncias psíquicas.

A partir da segunda tópica, o sintoma começa a ser compreendido como produto de uma oposição de forças que se resolve em uma solução de compromisso: o desejo inconsciente, buscando realizar-se, implica perturbação e ataque à função do eu. No decorrer de sua formação, devido à importância do aspecto temporal, essas instâncias sofrem uma série de alterações. Nos sujeitos com os quais trabalhamos no contexto da psicanálise infantil, a constituição do eu e do super-eu está em pleno processo; e é nesta história em movimento que abordamos o sujeito, num momento, portanto, em que o inconsciente ainda não encontrou seu lugar definitivo. Assim, as vicissitudes pulsionais devem ser vistas como vicissitudes de uma história à qual se agrega o complexo de Édipo e a castração, construindo um cenário fantasmático que dá corpo à neurose infantil em estruturação, cujo surgimento o *Caso Hans* ilustra.

Por outro lado, a história da psicanálise conhece a velha polêmica entre Melanie Klein e Anna Freud. Parte da discussão refere-se ao tempo: tempo de começo de análise, tempo do estabelecimento da transferência, tempo do Édipo, tempo das instâncias. Tempos históricos ou tempos míticos, versando sobre a origem do inconsciente. Nesse confronto, encontram-se em causa alguns dos elementos referentes às condições particulares da infância e nos quais se revela a singularidade deste campo, em contraste com a área da psicanálise com adultos, embora esta também trabalhe com o âmbito da sexualidade infantil.

A questão principal nesta discussão gira em torno da possibilidade de a criança entrar em análise antes dos seis anos de idade, pelo fato de nessa época ainda estar percorrendo seu desenvolvimento libidinal e de não ter ainda formado as instâncias ideais e superegóicas. Anna Freud pergunta-se se seria possível instaurar transferência e levar uma análise a seu termo na

lista funções de prótese de eu e de super-eu, o que acaba por levá-la a transformar a análise em uma tarefa pedagógica. Se quisermos ser justos, é imperativo mencionar que com o passar dos anos Anna Freud revisou tais posições, sem no entanto ter deixado de engrossar as fileiras da *ego psychology*. Além disso, sempre fez questão de marcar uma diferença central entre análise de crianças e

Entre a criança da psicanálise
e a criança da psicologia, há uma diferença
que nos implica como analistas.
É útil recuperar a idéia freudiana de *conflito*.

infância, e essa dúvida não deve ser considerada tão descabida, sendo inclusive levantada pelo próprio Freud no *caso Hans*. Na verdade, ao se colocar tal questão ela o faz numa perspectiva metapsicológica: nesta idade já estariam formadas as instâncias? Se não, como é possível pensar no conflito, responsável pelo aparecimento do sintoma? Qual seria a instância repressora? Seria plausível a referência a uma repressão primária e secundária já demarcadas? E o Édipo, não transcorrido ainda, que função teria?

A existência de um funcionamento egóico insuficiente era vista por Anna Freud como um obstáculo para a análise, a ser superado por meio de um artifício técnico. Propõe então a sedução como modo de aliança terapêutica e atribui ao ana-

de adultos, expondo-se por essa razão a toda a ferocidade das críticas de Melanie Klein, cuja radicalidade é compreensível se lembrarmos que nesse momento ela tenta constituir um novo campo. Lembremos que ainda hoje, setenta anos depois, certos analistas discutem sua legitimidade.

Tal polêmica, citada aqui apenas de passagem⁸, desvela para Melanie Klein a exigência de afinar suas concepções metapsicológicas e de formular de modo mais apurado os elementos teóricos que sustentavam sua clínica. Ou seja, torna-se necessário justificar a existência de um aparelho psíquico já esboçado em sua totalidade desde as origens, o que irá levá-la a elaborar a idéia de Édipo precoce, concluindo que no primeiro ano de

vida já estariam dadas todas as condições para pensar num psiquismo estruturado, passível de ser analisado.

É esse tipo de polêmica e de desafio na clínica que faz progredir a teoria. Tal como ocorreu com Freud, impulsionado no caminho do conhecimento ao ser confrontado com seu não-saber pelas históricas, hoje são nossos próprios pacientes que nos intimam a desvelar enigmas. Novas elaborações libertam-nos das velhas disputas.

Entre a criança da psicanálise e a criança da psicologia há uma defasagem, que sem dúvida nos implica enquanto analistas. Explicitar tal diferença, situando adequadamente nosso referencial teórico, permite compreender os diferentes modos de intervenção. Os conceitos de subjetividade e de aparelho psíquico servem-nos de ferramentas.

Acreditamos ser de extrema importância, no encontro com uma criança, definir o estado de constituição de seu aparelho psíquico, acompanhando os movimentos reveladores dos momentos desse processo. Sabemos que tal formulação exige uma tomada de posição: não postulamos um inconsciente existente desde as origens, e tam-

pouco sua fundação mítica, mas consideramos possível e necessário pensar num processo de constituição no qual a repressão originária funda a diferença entre pré-consciente e inconsciente.

Aqui, valemo-nos do pensamento de Laplanche, que se refere a dois tempos da repressão originária. Num primeiro tempo, o estímulo exógeno traumático da sedução do adulto marca, inscreve esse psiquismo, sem que por isso as inscrições sejam clivadas: não é possível neste primeiro momento falar de id e de ego. Num segundo tempo, o traumatismo externo transforma-se em *auto-traumático* e provoca a repressão: aqui poderíamos falar de dois *topos* diferenciados. Entre o apoio e a sedução, Laplanche irá situar o objeto-fonte da pulsão. Os primeiros traços, os primeiros fantasmas não teriam um lugar definido, e portanto não poderiam ser chamados de inconscientes. É apenas como consequência da repressão originária que os sistemas se diferenciam.

As repressões secundárias pressupõem uma tópica já constituída. Freud tenta encontrar as marcas primeiras, as pistas daquele momento do origem, mesmo sabendo que

elas só apareceram na repressão secundária.

A nosso ver, a preciosa contribuição dessa teorização consiste em resgatar o valor da sexualidade inaugurada pelo outro, permitindo ao mesmo tempo entender a emergência da pulsão sexual. Lembremos que, segundo Laplanche, “o ser humano é e continua sendo auto-tradutor e auto-teorizante. A repressão originária não é senão o momento primeiro e fundador de um processo que dura toda a vida.”⁹

Se nos reportarmos à carta 52 de Freud a Fliess¹⁰ - em sua referência a um reordenamento e uma transcrição constantes do material psíquico, e em sua explicação da peculiaridade da psicose pela falta de tradução de certos materiais - compreendemos como Laplanche faz trabalhar Freud, ao afirmar que há no inconsciente uma permanente reelaboração tradutiva por substituição significativa.

Em toda tradução há transformação, mas ao lado daquilo que ela captura sempre sobram restos que não podem ser ligados. São justamente as mensagens enigmáticas as que sofreram sucessivas traduções: partes destas mensagens foram destraduzidas - as que permaneceram ligadas - outras funcionam como restos não destraduzidos, que fizeram parte das primeiras inscrições do inconsciente originário, permanecendo desligadas.

Essas primeiras inscrições são registradas como marcas, *flashes* e traços para os quais talvez não caiba a denominação de fantasmas inconscientes, já que esse conceito pressupõe uma organização que lhes falta; na verdade, elas são *representações-coisa*.

Acreditamos que de nossas considerações é possível deduzir a importância que tem a concepção metapsicológica para abordar o material clínico, assim como justificar a necessidade de considerar o elemento temporal num aparelho em plena formação.

O caso do pequeno Hans revela a inextricável implicação da criança, do analista e dos pais nesse tipo de relação. Aliás, foi a própria transferência do pai do menino com o “Professor” que inaugurou este campo.

O campo transferencial múltiplo

Nada melhor para iniciar o caminho em direção ao campo transferencial múltiplo do que lembrar o pequeno Hans. Sem dúvida esse caso pode ser considerado o primeiro a incluir uma criança na prática analítica, com a mediação de um adulto, seu pai; aliás, foi a própria transferência do pai de Hans com o “professor” que inaugurou esse campo analítico.

Não é assim em todos os casos? Será possível iniciar o tratamento de uma criança se os pais não depositarem sua confiança - que define um lugar de suposto saber, o mesmo lugar em que o pai de Hans colocava Freud - no analista de seu filho? Qual é o pólo, na análise de crianças, que possibilita a inauguração do *setting*? Será possível atender uma criança se os pais não inauguram a transferência? Onde, e de que forma, esta transferência deve ser trabalhada?

Foi através do pai que Hans dirigiu suas mensagens a Freud. A criança não só aconselhou o pai a tomar nota do que ia dizendo para contar ao professor, como também o tranqüilizou, dizendo que não deveria se preocupar se o que contasse não fosse um fato da realidade, pois pensar não é fazer. Há um mútuo reforço da transferência de Hans ao pai e do pai a Hans, ambos com Freud.

A mensagem de Hans foi endereçada simultaneamente ao pai e ao Outro analista. Freud é também o supervisor, o suporte e a figura de sustentação na transferência do pai: Pai-terapeuta-irmão. Ambos consultam o “professor”, que diz: “Eu sei”. Ambos estão em transferência. A mãe de Hans não foi omitida. Mesmo sendo deixada de lado nestes encontros, cumpre um papel: foi paciente de Freud e aparece na queixa do pai como responsável pelo excessivo apego de Hans a ela própria. A mãe sente-se ameaçada, excluída, e desdobra-se em cuidados com a filha menor. Freud-analista provoca em parte o destino deste casal, vendo-se aprisionado nas redes de uma transferência da qual não consegue dar conta, perigo com o qual todos nos defrontamos nas análises de crianças. No caso de Hans existiam elementos prévios complicadores da situação: o interesse científico que mobiliza Freud e seu discípulo no sentido de comprovar as teorias sobre a sexualidade infantil, o que acabou promovendo o *voyeurismo* do pai. A forte edipianização à qual Hans é submetido, provavelmente não é alheia à formação do sintoma fóbico.

O caso do pequeno Hans revela a inextricável implicação da criança, do analista e dos pais nesse tipo de relação. Esse modelo levantou múltiplas questões, tendo se transfor-

mado em um possível modelo para a análise de crianças. Mas a proposta de trabalhar só com os pais e seu desejo, em vez de com a criança, deixa de lado a singularidade de um aparelho psíquico em constituição, e pressupõe o inconsciente materno em continuidade com o inconsciente do *infans*. Nesta teorização, o inconsciente da criança se estrutura a partir de ser o desejo do desejo da mãe. Discordamos dessa posição. Nossa idéia é que o desejo da mãe captura só em parte o desejo da criança, a qual quer ser algo mais do que o falo da mãe.

Considero praticamente impossível a realização de um tratamento quando os pais “remam contra”. Se eles não se implicarem, qualquer esforço, por mais intenso que seja, estará fadado ao fracasso. Apesar de suas resistências, é preciso que eles se envolvam. Lembremos dos pais de Richard, o famoso caso de M. Klein, que durante a guerra se mudaram para uma cidadezinha perto de Londres para que o tratamento fosse possível. Ou ainda da Piggie de Winnicott, cujos pais viajavam quando a criança pedia um encontro com o analista.

Hoje em dia a situação é bem diferente. São os médicos e os professores que encaminham as crianças para o tratamento psicanalítico. São os convênios que pagam. São os motoristas que levam. São as escolas que, em lugar de rever seus planos de ensino, diagnosticam problemas de aprendizagem. É a competitividade social que exige determinados modos de adaptação. Esta situação exige um cuidado ainda maior quando se reflete sobre a possibilidade de indicação de uma análise e sobre a necessidade de um trabalho prévio que possibilite a instauração de *setting*. Muitas vezes, o que nos chega é uma demanda educativa que a nosso entender não deve ser rejeitada, e sim transformada, através do trabalho, numa demanda de análise.

Muitas vezes o que nos chega é uma demanda educativa que deve ser transformada, através do trabalho, numa demanda de análise.

Por que incomodam?

São muitas as complicações intrínsecas a toda terapia infantil. Talvez a primeira e maior delas ligue-se ao fato de que não são somente os pais simbólicos ou imaginários que circulam no espaço da situação clínica: também os pais reais, com toda a sua presença, aceleram as partículas desse recinto.

Lembremos que a demanda de tratamento é geralmente formulada pelos pais. Frequentemente o interesse do adulto refere-se a mudanças em aspectos que lhes são indesejáveis na conduta da criança, o que não necessariamente corresponde ao que poderia ser o verdadeiro desejo de seu filho. Todos nós, analistas de crianças, sabemos com que frequência e sentimento de legitimidade o adulto introduz suas próprias exigências no processo analítico de seus filhos. Sabemos da hipoteca com a qual se inicia o tratamento. Por mais bem intencionados que os adultos sejam, colocam-nos em uma situação que compromete o pacto inicial de uma análise, e que nos lança em meio ao conflito entre o desejo da criança e a demanda parental. Mas não consideramos essa dificuldade como motivo suficiente para negar tanto aos pais quanto à criança seu direito à análise. O que propomos é trabalhar com ambos para que uma análise seja possível.

O que fazer com eles?

Segundo Laplanche, o espaço analítico - campo seguro que propicia e contém a circulação libidinal - abre uma possibilidade de atualização de elementos arcaicos, a instalação da transferência ocorrendo nos mesmos moldes em que se estabeleceu a tópica psíquica. Em outros termos, no espaço analítico as mensagens enigmáticas põem-se novamente em circulação, possibilitando o trabalho com o incons-

ciente. Assim, será possível que a criança faça novas leituras, outras interpretações a partir das quais talvez emergja uma nova versão da sua história. Certas mensagens recalçadas, por não serem significadas, procuram novas ligações, re-circulam, encontrando novas vias de sentido, permitindo recapturar algo do originário. Quando essas mensagens começam a transitar, algo do outro também transita na transfe-

novas articulações. Trata-se então de propiciar uma situação em que os pais enviem novas mensagens. Assim, efeitos diversos talvez possam se produzir, seja porque os pais modificaram sua relação com o próprio desejo, seja porque a criança dispõe de novos elementos para ligar os significantes que lhe chegam como enigmas a partir do campo do outro adulto.¹¹

Uma palavra, um gesto, um tom

A situação analítica propicia um movimento de articulação e desarticulação de significações estabelecidas.

Como sabemos, é possível resgatar algo do arcaico nas situações oferecidas pela transferência.

rência, já que elas se presentificam como pertencentes a um emissor que, dado seu comprometimento com aquilo que essas mensagens apresentam de estrangeiro, encontra-se implicado com seu próprio inconsciente. Dentro dessa perspectiva, quando trabalhamos com os pais no processo analítico de uma criança, os convocados não são os pais do Eu, os pais da realidade, mas os pais emissores destas mensagens, esses pais estrangeiros ao seu saber que, em sua fala, permitiram à criança encontrar pontos de ancoragem, disparadores de seu inconsciente.

Em conseqüência, sua presença possibilita que os traços recalçados nas primeiras operações de estabelecimento da tópica psíquica passem a circular de forma diferente, com

de voz, um jogo com os pais, mostram-se todos como restos diurnos a partir dos quais a criança pode fazer novas construções. Na *Interpretação dos Sonhos*, Freud nos diz: "A representação inconsciente como tal é incapaz de ingressar no pré-consciente, e só pode se manifestar como efeito se entrar em contato com uma representação inofensiva (restos diurnos), que já pertencem ao pré-consciente, transferindo-lhe intensidade e deixando-se recobrir por ela."¹² Assim os pais, com sua presença na sua fala, se oferecem como restos diurnos a serem utilizados. Sobre indícios dados por eles pode se iniciar um verdadeiro caminho de regressão ao reprimido.

É possível resgatar algo do arcaico na situação que a transferência oferece. Com a re-emissão de

O espaço analítico torna possível uma nova articulação. A presença do analista é fundamental para que elementos até então reprimidos sejam mobilizados.

mensagens por parte dos pais, reintroduz-se algo do objeto-fonte antes da repressão. Aqui, é preciso ressaltar algo que já tínhamos enunciado: esta transferência existe, e é nossa opção trabalhar ou não com ela. A fala dos pais, em transferência na situação analítica, produz um efeito disparador e facilita a circulação da dimensão sexual. Nesta situação, o analista funciona como Freud em relação ao pai de Hans, como sustentáculo das mensagens que os pais emitem, oferecendo-se como garantia para que a criança possa flexibilizar o recalque. Em suma, a situação analítica propicia especialmente um movimento de articulação e desarticulação de significações já estabelecidas, que se plasmaram no processo de subjetivação, e é por essa razão que a convocação dos pais parece-nos extremamente interessante.

Para ilustrar a importância que atribuo à inclusão dos pais no processo analítico das crianças, vou relatar uma situação clínica, que me foi apresentada por uma analista em supervisão. Trata-se de uma criança adotiva, em tratamento por sintomas

de aprendizagem. Quando tinha aproximadamente um ano, sua mãe adotiva engravidou. No período dos quatro anos subsequentes, nasceram duas irmãs. Em um momento posterior, quando seus pais estavam passando por uma difícil situação econômica, a mãe engravidou novamente, e resolveu abortar. Produziu-se uma acalorada discussão entre os pais, que as crianças escutam por acaso, onde se falou do aborto. A mãe preocupada telefona para o analista e pede uma entrevista, adiantando no telefone o incidente. A analista resolve introduzir os pais no espaço analítico da criança.

Na sessão, a mãe diz que está preocupada com Laís pela conversa que ela escutou. A analista trabalha com eles a razão de estarem preocupados só com Laís, e não com as outras filhas. Surge na mãe toda a sua insegurança com relação ao momento em que Laís chegou em casa, e relembra seu desejo de que a menina se sentisse como “filha da barriga”, assim como as angústias das quais era presa quando pensava que algum dia teria que dizer a verdade. O fato de ter revelado uma

nova verdade (desejo de aborto) que os implicava na sua sexualidade mobilizou velhas repressões. Ali, passaram novamente a circular mensagens com a marca do arcaico, e Laís teve que se confrontar a uma verdade que a mãe teria preferido ocultar. O tema da adoção ressurgiu, não como uma historinha a ser contada, mas pelo contrário como um intenso encontro, onde tanto mãe como filha, na presença do pai, encontram-se presentes com indagações sobre sua sexualidade. O espaço analítico torna possível a nova articulação, sendo fundamental a presença do analista para que elementos até então reprimidos sejam mobilizados.

Como vemos, a valorização não recai sobre o encontro interpessoal, mas sobre a possibilidade de colocar em circulação elementos que permaneciam como restos intraduzíveis, seja porque a mãe e o pai até aquela oportunidade os haviam mantido inconscientes para si próprios, seja porque a criança, ao ser invadida por este conteúdo traumático, não o podia ligar. No espaço analítico, o momento é outro. Elementos do recalque secundário reverberam como ondas que tocam com suas vibrações elementos do recalque primário.

Com expressão de surpresa, a criança diz que não sabia ser possível rejeitar um filho “da barriga”, e que agora entende que, mesmo não sendo da barriga, a mãe está com ela porque gosta dela também. Entra em contato com a rejeição de sua mãe real, informação sobre a qual se tinha falado mas que nunca havia feito verdadeiro sentido. “Agora eu me sinto igual às minhas irmãs, todas podemos ser amadas, todas podemos ser rejeitadas.” Criou-se assim uma nova forma de categorização, cuja linha divisória não se constituía mais entre as idéias *filha do coração vs. filha da barriga*, mas sim entre filhos amados e filhos rejeitados. Esta nova categorização foi possível pela

O que não devemos é aceitar que se difunda um espontaneísmo que aproxima a clínica com crianças de uma espécie de maternagem ou desenvolvimento assistido.

recirculação de mensagens, que foram objeto de uma nova tradução. A criança pôde incluir a si mesma numa nova categoria por ter se mudado de um lugar em que se encontrava petrificada.

Ocorre uma abertura e se agiliza a capacidade de pensar e de construir novas teorias. A introdução de um tema no qual a criança e os pais estavam tão implicados com sua própria sexualidade permitiu a Laís resgatar elementos reprimidos e fazê-los novamente circular, produzindo uma nova versão da sua história. Pouco importa sua veracidade objetiva, mas sem dúvida ela é mais abrangente que a anterior, menos assujeitada aos aspectos não-traduzidos das primeiras mensagens maternas, propiciando assim uma superação parcial dos recalcamen-tos. Este acontecimento teve efeitos múltiplos e incontestáveis tanto em Laís quanto em seus pais, e abriu espaço para o surgimento de novas problemáticas que continuaram a ser analisadas.

De fato, uma circunstância difícil na família abriu para todos

um campo de ressignificação, ocasião que provavelmente teria sido no mínimo inócua se tivesse sido negligenciada pelo contexto do tratamento. Embora saibamos evidentemente que o recorte através do qual apresentamos o caso seja bastante estreito, e por isso não tenhamos qualquer pretensão de dar conta de toda sua complexidade, ele nos parece apto para exemplificar a importância de criar um espaço onde transferências múltiplas possam ser aproveitadas.

Outras ocasiões podem requerer a presença dos pais. No livro *A Fundação do Inconsciente*¹³, Silvia Bleichmar relata a necessidade de inclusão dos pais em um exemplo clínico, onde a presença da mãe faz-se necessária porque a matriz simbólica na qual a criança se inscrevia encontrava-se parcialmente falida, em razão das vicissitudes edípicas da mãe, que não conseguia gerar uma rede na qual a criança pudesse se sustentar. Uma fenda produziu-se assim na constituição do aparelho psíquico, levando a autora a intervir diretamente no ponto no qual a trama se esgarçava.

É possível a análise com crianças? Esta é uma especialidade ou um campo singular? Deve-se trabalhar com os pais? As diferentes teorias são em parte complementares ou completamente excludentes? Todas estas são questões que poderemos resolver trabalhando as idéias, sendo claros nas explicitações, e revendo os elementos teóricos que enriquecem nossa clínica.

Foi minha intenção avançar mais um pouco na articulação que fundamenta nossa prática e deixar o caminho aberto para críticas, discussões e trocas que nos enriquecem. O que não devemos aceitar é que se difunda um espontaneísmo que aproxima a clínica com crianças de uma espécie de maternagem ou desenvolvimento assistido. Isto apenas empobrece a psicanálise e suas novas práticas; mas teorizar a clínica, e clinicar sem interpor a teoria, é uma tarefa que exige de nós sermos analistas. ■

NOTAS

1. S. Freud, "Totem e Tabu", in *Obras Completas*, vol. 13, Buenos Aires, Amorrortu, 1988, p. 159.
2. J. Laplanche, *El Inconsciente y el Ello – Problemáticas IV*, Buenos Aires, Amorrortu, 1978, p. 47.
3. D. Winnicott, "A agressão e sua relação com o desenvolvimento emocional", in *Da Pediatria à Psicanálise*, São Paulo, Francisco Alves, 1978, p. 357.
4. A. Green, "Sexualidade tem algo a ver com psicanálise?", in *Livro Anual de Psicanálise, International Journal of Psycho-analysis*, tomo XI, São Paulo, Escuta, 1995, p. 217.
5. P. Aulagnier, *La Violencia de la Interpretación*, Buenos Aires, Amorrortu, 1977.
6. J. Laplanche, *op. cit.* p. 255.
7. J. Laplanche, *La Cubeta. Transcendencia de la Transferencia – Problemáticas V*, Buenos Aires, Amorrortu, 1990, p. 136.
8. Para maiores detalhes cf. M. Klein, "Principios Psicológicos del Analisis Infantil", e "Simposio sobre Analisis Infantil", in *Contribuciones al Psicoanálisis*, Buenos Aires, Hormé, 1964, p. 127 e 137.
9. J. Laplanche, *Nuevos Fundamentos para el Psicoanálisis*, Buenos Aires, Amorrortu, 1989, p. 132.
10. S. Freud, "Carta 52", in *Obras Completas*, vol. I, Buenos Aires, Amorrortu, 1988, p. 274.
11. A. M. Sigal Rosenberg, *O Lugar dos Pais na Psicanálise de Crianças*, São Paulo, Escuta, 1994.
12. S. Freud, "La Interpretación de los Sueños", in *Obras Completas*, vol. I, Buenos Aires, Amorrortu, 1988, p. 54.
13. S. Bleichmar, *La Fundación de lo Inconsciente*, Buenos Aires, Amorrortu, 1993, p. 67.